



OS *MOOT COURTS* ENQUANTO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O GRUPO DE ESTUDOS EM ARBITRAGEM INTERNACIONAL DA UFSC

Aline Beltrame de Moura

Universidade Federal de Santa Catarina
alineb.moura@gmail.com

Gustavo Becker Monteiro

Universidade Federal de Santa Catarina
gustavobeckermonteiro@gmail.com

Hamilton Antonio Zardo Neto

Universidade Federal de Santa Catarina
netozardo@gmail.com

Juliana Blanco de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina
jullianablanco@gmail.com

Kristyan Quadros

Universidade Federal de Santa Catarina
kriskquadros@gmail.com

Vitória Linhares Malucelli

Universidade Federal de Santa Catarina
vitoriamalucelli@gmail.com

Resumo

Considerando a importância da extensão universitária como parte indissociável da formação universitária, este estudo objetiva investigar como se caracterizam os projetos de extensão universitária realizados no âmbito da graduação em Direito da UFSC, com foco na atuação do Grupo de Estudos em Arbitragem Internacional da UFSC (GEArb UFSC) e sua participação em competições que simulam a atuação em um tribunal fictício, os *moot courts*. Por meio do método dedutivo, foi realizado um estudo documental e descritivo. Verificou-se, uma grande variação de temas abordados pelos grupos de extensão atuantes no curso de graduação em direito da UFSC e, dentre esses temas, a atuação dos estudantes em atividades de *moot courts* (tribunais simulados). Além disso, constatou-se que os *Moot Courts*, ocorridos tanto em âmbito nacional como internacional, assumiram um papel relevante na de educação dos participantes cumprindo o papel de extensão da prática jurídica.

Palavras-chave: Projetos de Extensão Universitária. Curso de Graduação em Direito. Arbitragem. *Moot Courts*.

MOOT COURTS AS AN UNIVERSITY EXTENSION ACTIVITY: THE UFSC STUDIES GROUP ON INTERNATIONAL ARBITRATION

Abstract

Considering the significance of academic extension programs, since it is an inseparable part of the university tripod, this study aimed to investigate what distinguishes the university extension projects, carried out within the scope of UFSC's Law Degree, focusing on the performance of UFSC's International Arbitration Study Group. Through the deductive method, a documentary and descriptive study was carried out. It was verified, in addition to the traditional groups established in the degree courses in law, the ascent of a new genre of extension, the Moot Courts. In addition, it was found that the Moot Courts, both nationally and internationally, assumed the role of representing a new perspective of legal education as well as extension of legal practice in universities.

Key-words: University Extension Project. Arbitration. Moot Courts.

MOOT COURTS COMO UNA ACTIVIDAD DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: LO GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE ARBITRAJE INTERNACIONAL DE UFSC

Resumen

Considerando la importancia de los programas de extensión académica, ya que es una parte inseparable del trípode universitario, este estudio tuvo como objetivo investigar qué distingue a los proyectos de extensión universitaria, dentro del alcance del Grado de Derecho de la UFSC, centrándose en el desempeño del Grupo de Estudio de Arbitraje Internacional - UFSC. A través del método dedutivo, se realizó un estudio documental y descriptivo. Se verificó, además de los grupos tradicionales establecidos en las licenciaturas en derecho, el ascenso de un nuevo género de extensión, los Tribunales Simulados. Además, se descubrió que los tribunales simulados, tanto a nivel nacional como internacional, asumieron el papel de representar una nueva perspectiva de la educación legal, así como la extensión de la práctica legal en las universidades.

Palabras Clave: Proyecto de Extension Universitaria. Arbitraje. Moot Courts.



INTRODUÇÃO

Considerando a extensão como um dos principais pilares da Universidade Pública, foi desenvolvido um estudo básico e descritivo para entender as características ao longo do tempo da extensão universitária no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Santa Catarina. Com isso, visa contextualizar os projetos do Grupo de Estudos em Arbitragem Internacional da UFSC em participações nas *moot-courts*.

Para tanto, foi utilizada ampla pesquisa documental em três consolidados grupos de extensão do mencionado Centro, sendo eles: a Sociedade de Debates da UFSC, a Empresa Júnior de Direito da UFSC (Locus Iuris Consultoria Jurídica) e o Núcleo de Execução Penal, relatando seus objetivos ao longo de suas histórias, as datas de realizações de projetos e os resultados alcançados.

O artigo foi desenvolvido em cinco capítulos: o primeiro abordará o referencial teórico utilizado no desenvolvimento do presente manuscrito, definindo o conceito de extensão universitária. Em seguida, no terceiro capítulo, estarão expostos os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa. No quarto capítulo, denominado “direito e extensão”, será exposto o resultado da pesquisa descritiva nos grupos de extensão, relatando suas principais atividades e projetos. No quinto, através de pesquisa bibliográfica, será demonstrada a importância acadêmica de *moot-courts*, restando demonstrada a relevância dessas atividades como extensão para o direito, relatando as participações do grupo em diferentes competições. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os maiores projetos desempenhados na universidade, de forma a exprimir o compromisso social da instituição, estão as ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas as atividades fins do ensino superior. Exercer essas atividades é vislumbrado como parâmetros de excelência durante a graduação. Um estudante que atinja essas três vias universitárias pode considerar possuir formação de um profissional cidadão, comprometido tanto com a produção do conhecimento científico quanto com a realidade social (MENEZES, 1983, p.15).

No que se refere à extensão universitária, tal figura se apresenta como forma de interação entre a universidade e a comunidade que a cerca. É um modo de conexão entre a universidade e os diversos setores da sociedade (NUNES; SILVA, 2011, p. 119-133). Essa conceituação reafirma o contexto de contribuição da universidade enquanto peça chave para o

desenvolvimento da sociedade, tanto produzindo conhecimento dentro de sala de aulas e laboratórios, quanto utilizando-se desse trabalho com reflexos além dos limites do campus.

Considerando essa troca de informações e experiências entre estudantes e sociedade, as duas partes acabam sendo beneficiadas e assim se torna possível conceituar extensão: a Universidade e a sociedade proporcionando benefícios e adquirindo conhecimentos (RODRIGUES, 2013, p. 141-148). Dessa forma, a extensão pode ser considerada um dos principais pilares no desempenho de atividades de quem estuda no ensino superior, uma vez que quando as necessidades da comunidade forem percebidas pela comunidade acadêmica e incluídas nos seus objetivos de pesquisa, um dos papéis da universidade estará sendo cumprido (SOARES, 2003, p. 8).

De acordo com Nunes e Silva (NUNES, 2011, 119-133), a extensão universitária é um meio de viabilizar uma conexão entre universidade e sociedade, indo além de laboratórios ou análise de um objeto em específico, mas se atentando às demandas e anseios da sociedade. Ou seja, a Universidade deve estar atenta às demandas da sociedade, assim como às reivindicações, tanto da comunidade interna quanto externa à Universidade.

Considerando a importância de se mensurar a contribuição oferecida pelas ações extensionistas para a produção e transmissão do conhecimento e transformação social, o fórum de discussões em 1987 chamado I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX, 2018) fez proposições para orientar a construção de um sistema de monitoramento e avaliação nacional, cujas dimensões são as seguintes: política de gestão; infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica (FORPROEX, 2018).

Ainda no que se refere à avaliação, cabe ressaltar que a extensão universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante e da equipe de trabalho (FORPROEX, 2018).

Diante do exposto, verifica-se que a formação do acadêmico é tomada como fundamento do processo educativo implementado na universidade, em que ao aluno é capaz de refletir sobre o aprendido em sala de aula e a vivência em outros espaços, como na comunidade (FERNANDES, 2012, p. 169-194).

DIREITO E EXTENSÃO

O Curso de Graduação em Direito da UFSC é constituído por dez semestres. Trata-se de um curso extremamente heterogêneo no que se trata dos anseios e objetivos profissionais de seus estudantes. Ainda que uma considerável parcela objetive a carreira acadêmica, percebe-se uma tendência cada vez maior dentre os graduandos por uma formação mais voltada ao mercado prático do direito, o qual exige habilidades que vão além da grade curricular. Por esta razão, parte dos estudantes busca atividades de formação complementar desde o início do curso, as quais, muitas vezes, estão inseridas dentro dos projetos de extensão oferecidos pela universidade.

Dentro do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, há diversos grupos de extensão. Todavia, para cumprir os objetivos desta pesquisa, foram elencados três projetos de cunhos distintos para demonstrar algumas das suas atividades desenvolvidas enquanto extensão.

Primeiramente, aborda-se o trabalho desempenhado pela Locus Iuris Consultoria Jurídica - a Empresa Júnior de Direito da UFSC.

A noção de Empresa Júnior consiste em uma associação civil sem fins lucrativos e com objetivos estritamente educacionais formada exclusivamente por alunos do ensino superior ou técnico. Os graduandos são orientados por professores da própria Universidade para desempenhar tarefas práticas a partir de serviços reais oferecidos à comunidade. Dessa forma, os estudantes atuam na prática sob orientação profissional/acadêmica, possibilitando que a empresa júnior ofereça um serviço de qualidade e com um preço acessível.

Por exemplo, a Ação Júnior - Empresa Júnior do Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Relações Internacionais da UFSC é composta por um grupo de estudantes que presta serviço de consultoria administrativa a pequenas empresas que não teriam fundos para obter o mesmo trabalho de uma empresa já consolidada no mercado. Tal serviço é acompanhado por professores da área, de forma a caracterizar uma verdadeira atividade profissional assistida.

No caso da Locus Iuris, os serviços prestados são na área de consultoria jurídica, tais como a elaboração de estatutos, regimentos internos, abertura de empresas por meio da confecção de contrato social e cadastro de CNPJ, além da preparação de contratos trabalhistas, registros de marcas e demais serviços competentes à área de consultoria jurídica empresarial.

Enquanto projeto de extensão universitária, a Locus visa suprimir uma lacuna prática existente no curso de Direito, ao proporcionar aos alunos um contato com temas de Direito Administrativo, Civil, Empresarial, Trabalhista e Tributário, por meio da realização de

projetos e, não somente, com a teoria apresentada em sala de aula ou com o atendimento gratuito oferecido à comunidade durante o período de estágio obrigatório desenvolvido junto ao Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ).

O segundo grupo selecionado é a Sociedade de Debates da UFSC, um projeto de extensão que também atua como equipe de competição representando a UFSC em campeonatos de debates em âmbito nacional e internacional.

A equipe tem como objetivo o desenvolvimento da oratória e argumentação por meio da prática de debates, sempre com base no pluralismo de ideias, respeito às pessoas e exercício da liberdade de expressão aliada ao senso crítico.

As principais atividades apresentadas pelo projeto são os Debates-Treino semanais, nos quais, um tema - denominado moção - é debatido pelos participantes, que se encontram divididos em duplas de defesa e oposição, utilizando o modelo Parlamentar Britânico. Os Debates-Treino acontecem todos os sábados, às 10h, no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

Por fim, também foi selecionado o NEPen - Núcleo de Execuções Penais, grupo de extensão que possui um escopo bastante diferente das demais apresentados. Este consiste em um grupo de estudos organizado exclusivamente por estudantes e que aborda a Execução Penal como tema central tanto por meio de estudos quanto através de atividades práticas.

Em seus encontros, analisam-se processos criminais reais sob a perspectiva de institutos como a dosimetria da pena, de forma que os estudantes analisam os crimes cometidos e recalculam as penas impostas para verificar se cidadãos presos estão cumprindo a pena de forma fiel à sentença ou abusos estão sendo cometidos.

Tais atividades fazem com que os alunos tenham um contato prático com a matéria, além de serem realizados estudos de textos e debates sobre o sistema penitenciário brasileiro, bem como visitas a estabelecimentos prisionais para verificar as condições a que os condenados são submetidos.

Segue abaixo uma relação dos principais projetos desempenhados por esses grupos de extensão no ano de 2017.¹

Grupo de extensão	Projeto	Data	Objetivo	Resultado
Locus Iuris - Consultoria Jurídica	Consultoria Jurídica Helidrop	01/07/2017, com duração de dois meses.	Regularização da atividade empresarial, por	Regularização não foi feita em razão de

¹ A tabela apresentada foi elaborada por meio de pesquisa realizada com os grupos citados entre os dias 14, 15 e 16 de maio de 2018.

			meio da confecção do contrato social e abertura de CNPJ, confecção de termo de sigilo e parecer tributário.	desentendimento entre os sócios, os demais documento confeccionados obtiveram o resultado esperado.
Locus Iuris - Consultoria Jurídica	Consultoria Jurídica Céos	03/09/2017, com duração de dois meses.	Entrega de três documento: termo de sigilo, contrato com fornecedor e contrato de prestação de serviços.	Resultado almejado atingido, todos os documentos foram entregues.
Locus Iuris - Consultoria Jurídica	Consultoria Jurídica MIGRA - Camisetas	21/09/2017, com duração de 10 semanas	Regularizar a empresa perante os órgãos competente, a obtenção de alvarás para o seu funcionamento, confecção de contratos trabalhista e de locação.	Empresa em situação regular, todavia, os alvarás ainda não foram obtidos, pois o funcionário da prefeitura não deu andamento ao processo.
Locus Iuris - Consultoria Jurídica	Evento IV Net to Work	03/10/2017	Consolidar a imagem da Locus iuris e obter possíveis clientes	O evento foi realizado, todavia, não atingiu seu objetivo de conseguir novos clientes.
Sociedade de Debates	Campeonato Catarinense de Debates	De 01/11/2017 a 03/11/2017	Realização do evento e integração das sociedades de debates do Brasil.	Evento realizado, com debatedores e juízes de SC, MG e RJ, além do primeiro lugar na competição.
Sociedade de Debates	Participação no IV Campeonato	Dia 07/09/2017 a 10/09/2017.	Participação no campeonato	Primeiro lugar no campeonato.

	Nacional de Debates, no Rio de Janeiro.		com boa colocação, após a preparação de dois meses.	
Sociedade de Debates	Realização de 24 debates-treino.	Semanalmente durante o ano de 2017.	Desenvolvimento da oratória por meio da prática de debates abertos à toda comunidade.	Debates realizados e objetivo atingido.
Sociedade de Debates	Ministramento de 6 workshops sobre oratória.	18/05/2017; 05/12/2017; 08/11/2017; 22/08/2017; 18/05/2017; 11/05/2017.	Capacitação dos próprios membros e dos presentes no que se refere à prática da oratória.	Objetivo atingido, uma vez que continuaram a ser convidados para ministrar mais workshops no ano de 2018.
NEPEN	Revisão de peça criminal condenatória	Atividade realizada durante todo o ano de 2017	Obter algum tipo de vantagem para o réu (diminuição de pena, absolvição)	Aprendizado para o graduando em relação ao processo penal e dosimetria de pena, além do benefício para o próprio réu em alguns casos.
NEPEN	Visita aos presídios da Grande Florianópolis	Mensalmente durante o ano de 2017	Saber a real situação em que se encontram os presidiários, por meio de questionário/conversa	Relatório enviado para o juiz da execução penal falando sobre a situação dos presidiários
NEPEN	Evento “Reflexos jurídico-penais da lei antimanicomial”	01/08/2017	Debate sobre o tema	Resultado atingido e evento realizado

Com base nos dados apresentados acima, fica clara a importância da extensão no âmbito do direito, uma vez que, mesmo se analisando apenas três projetos de extensão é possível observar a grande quantidade de trabalhos que foram desenvolvidos a partir deles. Ademais, é

válido ressaltar que tais trabalhos unem uma pluralidade de competências que são desenvolvidas, tais como oratória, trabalho em equipe, organização de eventos, liderança, escrita, além da própria prática do direito. Tais competências não são passíveis de serem obtidas e praticadas quando o graduando se limita apenas à sala de aula e à grade curricular.

Neste cenário, destacam-se os grupos de extensão por, além de tornarem o graduando mais apto a adentrar o mercado de trabalho, ainda o aproximam da atividade acadêmica, trazendo-o para dentro da universidade. Assim, o estudante, conhecendo a realidade da universidade pode, além de trazer críticas construtivas para a mesma, trabalhar para o seu desenvolvimento por meio de um retorno à comunidade.

O GEARB UFSC E A RELEVÂNCIA DOS MOOT COURTS

O GEArb (Grupo de Estudos de Arbitragem Internacional da UFSC) surgiu tendo como objeto de estudo a arbitragem em âmbito internacional, matéria ainda não aprofundada na grade curricular do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dentre os projetos que consolidam o grupo, há o enfoque na preparação para competições de arbitragem, as quais se fazem por vias de pesquisa, aprofundamento da literatura, discussões semanais e práticas simuladas.

Os *moot-court exercises* que vem sido utilizados como estratégia didática do ensino do Direito refletem a adoção de modelos consolidados da escola anglo-saxã para aproximar o discente da prática, deixando de lado sua condição de mero espectador (POKER, 2018).

Nos Moot Courts - ou Tribunais Simulados - são realizadas sessões de tribunal, onde o estudante figura como um sujeito da relação jurídica (árbitro, advogado ou juiz) e atua em casos fictícios (BARRETO FILHO, 1967, p. 355-378). As Cortes ou Tribunais de Simulação desafiam e estimulam o engajamento dos estudantes em questões envolvendo os mais diversos ramos do Direito, fazendo-os refletir sobre os parâmetros legais nacionais e internacionais, além de desenvolver seus argumentos muitas vezes em idioma estrangeiro (BARBOSA; MARTINI, 2018).

Nesse sentido, os alunos são instigados a trabalhar em equipe, sob uma organização que depende de diálogo interno, bem como da justa divisão de tarefas entre os membros, tanto nas pesquisas quanto nas apresentações. Portanto, é sob o apoio mútuo dos integrantes que se consolida a equipe de competição, e, a partir disso, são lapidados os argumentos e é consolidado o conhecimento pesquisado para sua exposição oral (LENON, 2018).

Além das habilidades jurídicas de pesquisa, análise, redação e defesa oral que os concorrentes aperfeiçoam durante esse tipo de competição, um dos grandes benefícios da simulação se consolida na tendência de os “*Moots*” serem focados em áreas jurídicas em desenvolvimento ou em constante modificação (MACHADO; ALVES, 2018).

Essa característica faz da competição, também, uma oportunidade para a expansão do pensamento jurídico e engajamento em áreas que, por vezes, não são abordadas em sua completude nas aulas. O empenho de todas essas habilidades simultaneamente faz dos *Moot Courts* um exemplo de atividade onde se aplicam todos os pilares da tríplice pesquisa, ensino e extensão (MACHADO; ALVES, 2018).

No âmbito nacional, há algumas competições que permitem que os alunos sejam compelidos a refletir juridicamente e tenham um preparo intenso, dentre essas merece destaque a Competição Brasileira de Arbitragem Empresarial Petrônio Muniz, organizada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB). Já se tratando das competições de direito internacional, destacam-se a *Inter-American Human Rights Moot Court Competition* em Montevideu no Uruguai, a *Philip C. Jessup International Law Moot Court Competition* em Washington/DC e o *Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot*, ou simplesmente *Vis Moot*, no qual o GEArb teve atuação em Março de 2018, representando pela primeira vez a Universidade Federal de Santa Catarina (GEARB UFSC, 2018).

A participação do GEArb no *Vis Moot* exterioriza a dimensão do trabalho e o impacto da competição na vida acadêmica dos integrantes da equipe. O comprometimento com a consolidação do projeto e a determinação do grupo em todas as fases da competição, desde o recebimento do caso até a sustentação oral em Viena, Áustria, os tornou responsáveis por introduzir o nome da UFSC ao rol de universidades participantes da maior competição de Direito do mundo.

Não restam dúvidas de que *Moot Courts* estão cada vez mais enraizados nas universidades de Direito, justamente por serem uma forma de aprendizado dinâmica e efetiva. Com o avanço da globalização, não deve se desconsiderar que a internacionalização do Direito é inevitável e que, nessa discussão, as formas de atuação internacional tem papel central (CAMES BRASIL, 2018).

Dessa forma, o Grupo de Estudos de Arbitragem Internacional da UFSC (GEArb UFSC) se pauta, não só na obtenção de posição de destaque nas competições, mas para implantação de uma nova perspectiva de educação legal e prática jurídica na Universidade Federal de Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária deve atuar como elo entre a universidade e os diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a promoção de projetos de extensão universitária no âmbito de cursos de graduação em Direito pode oportunizar aos acadêmicos que conhecimentos aprendidos em sala de aula sejam colocados em prática, o que pode gerar benefícios tanto para o acadêmico quanto para a sociedade.

Verifica-se que o curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina atualmente já realiza diversas ações acadêmicas para além do ensino e da pesquisa, consolidando, assim, o tripé indissociável da gestão universitária. No âmbito dos projetos de extensão, o curso apresenta projetos com abordagens muito diferentes mas extremamente qualificadas para os acadêmicos, como por exemplo a *Locus Iuris*, *NEPen*, *Sociedade de Debates* e o objeto foco deste artigo, o GEARb UFSC.

Ademais, verificou-se o surgimento de uma forma de extensão que vem tomando espaço nos cursos de graduação em Direito tanto de outras Instituições de Ensino Superior do país bem como do curso da UFSC, os grupos de competição para os *Moot Courts*. Esta modalidade proporciona o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da preparação destes para as competições de arbitragem, as quais ocorrem tanto em âmbito nacional como internacional.

Deste modo, através de pesquisa, discussões e práticas simuladas atinge-se o propósito da formação não apenas de uma equipe bem preparada para as competições, mas de estudantes capacitados para vida profissional. No âmbito da UFSC, o GEARb assume um papel de representante de uma nova perspectiva de educação legal, como de extensão da prática jurídica na Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, recomenda-se para estudos futuros um aprofundamento do tema, para que se possam buscar dados que permitam análise a partir dos resultados e impactos desses grupos nas diretrizes norteadoras da extensão, com o intuito de fazer avançá-la ainda mais no que se refere ao curso de graduação em Direito da Instituição ora investigadas.

REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Oscar. Novos métodos no ensino do direito: a experiência americana. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 63, p. 355-378, 1967.

BARBOSA, Daniel; MARTINI, Pedro. Competir Pela Prática E Praticar Para Competir: O Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/downloads/dbarbosa1.pdf>> Acesso em: 16 mai. De 2018.

GEARB UFSC. A UFSC no 25th Vis Moot. 2018. Disponível em: <<http://ccj.ufsc.br/2018/03/07/6583/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

EQUIPE CAMES. Os Moots e o desenvolvimento da arbitragem nacional. 2018. Disponível em: <<https://www.camesbrasil.com.br/moots-desenvolvimento-arbitragem-nacional/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

FERNANDES, M. C. et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educação em Revista*, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 12 mai. de 2018.

LENON, Henrique. Moot Court: O Que É E Como Ela Pode Revolucionar O Seu Aprendizado. Disponível em: <<http://blog.unipe.br/camara/moot-court-o-que-e-e-como-ela-pode-revolucionar-o-seu-aprendizado>> Acesso em: 13 mai. de 2018.

MACHADO, Ana Maria França; ALVES, Rafael Francisco. Programas e Clínicas nas Escolas de Direito de Universidades Norte Americanas. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2824/Caderno%2013.pdf>> Acesso em: 13 mai. de 2018.

MENEZES NETO, P. E. Universidade: ação e reflexão. Fortaleza: Edições UFC Imprensa Universitária, 1983.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*. V. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

POKER, José Geraldo Alberto Bertocini. Ensino de conteúdos das ciências humanas e a prática da democracia no Ensino Médio: A experiência do Fórum de Discussão Estudantil. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA17_ID3829_08082017111232.pdf. Acesso em: 15 mai. De 2018.

RODRIGUES, A. L. L. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

SOARES, V. L. A. O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular. *Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados – Rev CESA*, n. 6, p. 8, out. 2003.

Os *moot courts* enquanto extensão universitária: o grupo de estudos em arbitragem internacional da UFSC

UCI. Benefits of Moot Court. Disponível em:
<<http://www.law.uci.edu/academics/professional-skills/ucilaw-moot-court/benefits.html>>
Acesso em: 20 mai. de 2018.

Recebido em: 25/05/2018

Aceito em: 06/08/2018